



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0010533-18.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Roselaine Cristina Langhi Saladino**
 Requerido: **Cetelem Brasil Sa Crédito Financiamento e Investimento e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora questiona sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito, alegando que inexistia razão para tanto.

Almeja à declaração da inexigibilidade do débito a ela relativa, bem como ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Os documentos de fls. 03/04 demonstram que a autora efetuou compras mediante financiamento realizado junto à primeira ré, o que gerou a emissão de cartão de crédito.

Demonstram também que depois a autora teve os documentos subtraídos, tendo a primeira ré a negatividade em decorrência de compras que ela refutou ter efetuado.

Isso gerou processo que teve curso neste Juízo e que findou por acordo entre as partes (autora e primeira ré dos presentes autos), reconhecendo-se então que as compras feitas eram indevidas e que suas cobranças internas e externas seriam excluídas, a exemplo da negativação da autora.

Esta ainda recebeu a quantia de R\$ 2.000,00.

Assentadas essas premissas, observo que as prejudiciais suscitadas pelas partes em contestação não merecem acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A segunda ré ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual porque foi ela quem levou a cabo a negativação da autora ora trazida à colação (cf. fl. 06).

De outra parte, não há falar-se em coisa julgada.

Isso porque as questões aqui submetidas à apreciação tiveram vez após o processo de origem que tramitou neste Juízo, não sendo em consequência abarcadas por ele ou sofrendo influência do mesmo.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, é certo que a primeira ré já admitira que a autora tinha sido vítima de cobranças indevidas por conta do furto de seus documentos pessoais, muito embora asseverasse que de igual modo foi ludibriada.

Nesse contexto, restou definida a exclusão das cobranças a esse título conforme acordo homologado em 06 de fevereiro p.p. (cf. fls. 03/04).

Não obstante, é incontroverso que esse mesmo suposto – e reconhecidamente indevido – crédito foi cedido à segunda ré, a qual passou a cobrar a autora e a negativá-la (fls. 05/06).

Esses fatos estão alicerçados em prova documental não refutada e conduzem ao acolhimento da pretensão deduzida.

A inexistência do débito não desperta divergências e nada faz supor o contrário.

A responsabilidade da primeira ré no episódio está assentada no descumprimento ao acordo firmado com a autora, o que foi inclusive positivado a fl. 83.

Já a responsabilidade da segunda ré deriva da circunstância de indevidamente ter promovido a inscrição da autora perante órgãos de proteção ao crédito, agindo sem as devidas cautelas.

Se isso porventura se deveu à incúria da primeira ré, poderá em sede própria e regressivamente voltar-se contra ela para pleitear o que repute de direito, o que todavia não afeta sua responsabilidade pelos fatos constantes dos autos.

Em suma, é de rigor a declaração da inexigibilidade do débito indicado a fl. 02, a exemplo da condenação das rés ao pagamento de indenização à autora para reparação dos danos morais que suportou em consequência de sua negativação irregular.

A jurisprudência manifesta-se nesse sentido:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).*

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, porém, não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado (aqui considerada a persistência do problema que já deveria ter sido resolvido em processo anterior), de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida referida a fl. 02, bem como para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão e fl. 08.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA